



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682481 - DF (2021/0233219-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DANIELA POLIDORO KNIPPEL
ADVOGADO : DANIELA POLIDORO KNIPPEL - SP293524
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS
PACIENTE : RENATO DE AVILA VIANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO DE AVILA VIANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (Apelação Criminal n. 0002455-13.2017.8.07.0020).

O paciente foi preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi condenado às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 129, §1º, inciso III, c/c os §§ 9º e 10, do Código Penal, na forma da Lei n. 11.340/2006.

Sustenta a impetrante que a segregação cautelar careceria de contemporaneidade e teria sido decretada de ofício, em decisão manifestamente ilegal, tendo em vista a ausência de comprovação da materialidade delitiva.

Alega que o réu permaneceu solto durante todo o processo, cumprindo todas as medidas protetivas de urgência decretadas.

Argumenta que a prisão desrespeitaria as medidas preventivas de saúde, ante o atual cenário da pandemia de Covid-19, infringindo a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a expedição de contramandado de prisão em favor do paciente, a fim de que aguarde o julgamento do *writ* em liberdade. Subsidiariamente, pleiteia a substituição da custódia por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

No mérito, pugna pela confirmação da liminar e pela anulação do processo desde o início, nos termos do art. 564, III, alínea *b*, do CPP, ou, caso assim não se entenda, pede a nulidade do acórdão por falta de fundamentação, conforme o art. 564, V, da Lei Processual Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante não juntou a cópia do inteiro teor do acórdão impugnado, peça processual indispensável para o deslinde da controvérsia. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência